

Crítérios de uma Política de Proteção à Infância (PPI) / Política de Salvaguarda (com base em Keeping Children Safe)

Aspectos gerais

- A PPI foi assinada e aprovada pela direção da instituição/organização.
- O objetivo e o âmbito de aplicação da PPI estão definidos na introdução.
- Os tipos de violência/riscos ao bem-estar das crianças estão definidos.
- O contexto legal de proteção às crianças e aos adolescentes do país respectivo é levado em conta.
- A PPI está comprometida com os princípios da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança de 1989.

Prevenção

- A PPI aplica-se a todos os funcionários e a todas as outras pessoas que trabalham para a organização (membros da diretoria, voluntários, etc.).
- Existem requisitos para o processo de recrutamento de novos funcionários (p. ex., certidão de antecedentes criminais da Polícia Federal, autodeclaração de boa conduta, referências).
- Cursos de formação sobre a proteção de crianças e adolescentes e prevenção devem ser organizados regularmente para os funcionários.
- Existe um código de conduta obrigatório assinado por todos os funcionários e todas as outras pessoas que trabalham para a organização.
- É nomeada uma pessoa responsável pela implementação e pelo monitoramento da PPI.

Canais de denúncia de casos suspeitos

- A proteção e o bem-estar da criança/pessoa em causa são o foco principal.
- Os canais de denúncia e os procedimentos para a denúncia de um caso suspeito estão descritos.
- Existe a obrigação de documentar denúncias e reclamações de atividades suspeitas.
- Pessoas de contato oficiais em diferentes níveis hierárquicos (homens e mulheres) são indicadas.
- A confidencialidade é garantida.

Gestão de casos

- A proteção e o bem-estar da criança/pessoa em causa são o foco principal.
- Os procedimentos estão descritos.
- Os membros da equipe ad hoc e as responsabilidades pelo processamento de casos devem estar definidos.
- Está previsto o envolvimento de outros especialistas.
- A cooperação com a polícia e as autoridades segue a legislação local.
- No caso das instituições eclesíásticas, são cumpridos os requisitos do direito canônico.

Se necessário

- Existem medidas específicas para crianças com deficiência.
- Existem regras para as relações públicas, a arrecadação de fundos, o uso das redes sociais e fotos.
- Existem regras para visitantes da organização.

Além disso

- Foi realizada uma análise de risco antes da elaboração da PPI.
- A PPI leva em conta as circunstâncias locais e culturais e é adaptada às circunstâncias específicas da organização.
- Os pontos de vista das crianças e adolescentes foram levados em conta na elaboração da PPI.
- A PPI está disponível na língua local. A elaboração de uma versão específica para crianças e uma versão para pessoas com deficiência é recomendada.
- A PPI baseia-se nas diretrizes da instituição superior (por exemplo, a Conferência Nacional dos Bispos).

Implementação

- A política é conhecida pelas crianças e por todas as outras pessoas (funcionários, voluntários, pais, visitantes).
- Os canais de denúncia e as pessoas de contato são conhecidos pelas crianças e por outras pessoas, por exemplo, através de eventos informativos regulares, cartazes, e páginas da Internet.